

O SILÊNCIO DOS INGÊNUOS: UMA ANÁLISE SOBRE O INGÊNUO NAS FONTES HISTÓRICAS JORNALÍSTICAS DE SALVADOR (BA) AO RECÔNCAVO BAIANO ENTRE OS ANOS DE 1888 A 1889¹

Paulo Daniel Rios de Souza²

RESUMO

O presente artigo busca examinar, através das pesquisas dos jornais disponíveis no período compreendido entre 1888-1889 (imediato pós-abolição), o conjunto de vivências e sociabilidades dos ingênuos da cidade de Salvador (BA) ao Recôncavo baiano e, ainda, qual o projeto republicano para inserção desses na sociedade livre. O corpo documental foi acessado através da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), da Biblioteca Nacional, através da leitura de seus periódicos, destacando assim o avanço da história digital na contemporaneidade, numa tentativa de compreender a importância da imprensa como fonte histórica. Concluímos que poucos jornais deram importância aos ingênuos e suas particularidades dentro da temática abolicionista, destacando-se nesse contexto o Jornal abolicionista **O Asteróide**, da Cidade de Cachoeira (BA).

Palavras-chave: crianças da cidade - Recôncavo (BA); escravidão - Recôncavo (BA) - história; imprensa - Recôncavo (BA) - história.

ABSTRACT

This article seeks to examine, through research in the newspapers available in the period between 1888-1889 (immediately post-abolition), the set of experiences and sociability of the ingênues in the city of Salvador (BA) to the Recôncavo of Bahia and also what was the republican project for their insertion in the free society. In the primary sources was accessed through the Brazilian Digital Newspaper Library (HDB) through the reading of its periodicals, thus highlighting the advance of digital history nowadays in an attempt to understand the importance of the press as a historical source. We conclude that few newspapers gave importance to the ingênues and their particularities within the abolitionist theme, highlighting in this context the abolitionist newspaper **O Asteróide** from the city of Cachoeira (BA).

Keywords: city children - Recôncavo (BA); press - Recôncavo (BA) - history; slavery - Recôncavo (BA) - history.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado à Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Idalina Maria Almeida de Freitas.

² Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Licenciando em História pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. (UNILAB).

1 INTRODUÇÃO

Pensando no crescimento do campo da pós-abolição no Brasil, os historiadores e demais pesquisadores do tema encararam a difícil missão de investigar os destinos das massas de ex-escravizados e seus descendentes. Aspectos ligados à sua cultura, processo de socialização, religião e modos de vida, passaram a compor o debate historiográfico. Esse, porém, se iniciou de maneira tardia, uma vez que a produção intelectual não identificava aqueles sujeitos como identificava como históricos e/ou como cidadãos portadores de direitos e sonhos, logo humanos, e sim, como genuíno objeto de pesquisas, silenciados em sua própria essência como espectadores da História Nacional.

Dito isso, é fundamental a investigação sobre o assunto, uma vez que novos atores sociais se destacam na tensionada cena do período pós-abolição, bem como novos valores e novas perspectivas historiográficas, ancorados na metodologia da História Social. Trazendo assim aspectos de gênero e raça, educação e trabalho, no bojo do processo construtivo de nação, numa expectativa de quebra significativa desse projeto racista que impõe paradigmas eurocêntricos em plena inferiorização da população majoritariamente negra do Brasil e em especial no estado da Bahia, cenário exclusivo das nossas pesquisas.

O presente artigo propõe uma análise historiográfica a partir de fontes jornalísticas disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira (HDB), bem como uma revisão bibliográfica sobre os chamados ingênuos — crianças nascidas livres a partir da Lei do Ventre Livre, de 1871, cujas mães continuaram escravizadas.

Tendo como recorte temporal os anos de 1888-1889, esse delineamento surge da nossa inquietação em verificar como os jornais da época refletiam e publicavam sobre as experiências dos ingênuos em suas várias facetas, além de verificar quais as ações formais realizadas pelo estado brasileiro, na Bahia, na passagem da Monarquia para a República, período que compreende o imediato pós-abolição, uma vez que a lei que aboliu a escravidão data de 13 de maio de 1888 e em 15 de novembro de 1889 foi instituída a República no Brasil.

Nesse sentido os trabalhos das historiadoras Ione Celeste Jesus de Souza e Giovanna Ferreira Nunes Gusmão serviram como farol, trazendo um debate imprescindível para o estudo da história da infância negra no estado da Bahia.

A HDB, segundo a própria missão divulgada em seu site, nasceu para “materializar duas das tradicionais missões das bibliotecas nacionais: preservar a memória cultural e

proporcionar o amplo acesso às informações contidas em seu acervo.”³ . Assim, através da internet, qualquer pesquisador poderá acessar seus bancos de dados e visualizar uma longa coleção de jornais e periódicos, utilizando filtros textuais que alavancam e agilizam o processo muitas vezes exaustivo da pesquisa sistematizada e científica.

Hodiernamente, utilizar aparatos digitais para fomentar a pesquisa, é extremamente relevante, uma vez que, com o fenômeno da globalização, na qual existem milhares e milhares de informações armazenadas em sítios digitais, impulsionam a pesquisa rápida e precisa, sem necessitar se deslocar presencialmente aos arquivos públicos. Aqui ressaltamos a importância dos arquivos digitais, não desmerecendo a pesquisa presencial, uma vez que sabemos que a maioria das fontes ainda está em processo de digitalização e armazenamento. A análise em suma, ressalta a magnitude e escalada progressiva da história digital, como um elo entre o passado, presente e futuro no fluxo progressivo e emancipatório da investigação e pesquisa de cunho acadêmico, que auxiliam o ofício do historiador, que deve estar atento às fontes e problemáticas do ato de pesquisar.⁴

O artigo que apresentamos, aborda as relações sociais, mais precisamente as relações entre os ex-senhores ou ex-proprietários, com os descendentes dos ex-cativos no imediato pós-abolição. Como se deu essa relação? Quais os mecanismos sociais foram utilizados e publicados nos jornais da época? Pela leitura desses jornais é possível inferir se as crianças e adolescentes tiveram acesso à educação formal?

Nessa empreitada, destacamos os instrumentos legais da tutela e da soldada, que ganharam ênfase com o advento da Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre. Esses instrumentos legais podem ser tratados como beneficiários de um sistema escravocrata que luta para continuar seus privilégios, mesmo com o advento da Lei 3.353 de 13 de maio de 1888. Buscamos verificar como esses aparatos solidificados no sistema judiciário brasileiro transformaram a composição familiar e impactaram no desenvolvimento educacional dos jovens negros do estado da Bahia.

A presente pesquisa é motivada pela inquietação inicial em verificar qual o contexto presente no período em questão, que modificou a vida desses menores enquanto trabalhadores e possíveis estudantes, tentando, assim, compreender como esse ambiente moldou as relações trabalhistas e educacionais no decorrer do século XIX, especialmente no cenário vivenciado no

³ Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/missao/>. Acesso em 12 Dez.2022.

⁴ PRADO, Giliard da Silva. **Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v.13, n.34, e0201, set./dez.2021. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180313342021e0201>. Acesso em 08 dez. 2022.

estado da Bahia, aqui revisitado através de matérias jornalísticas disponibilizadas na HDB. A estrutura social vigente e a legislação da época permitiam que esses jovens estudassem? Quem deveria garantir que não continuassem, obrigatoriamente, submetidos ao forte jogo de poder e abusos cometidos pelos ex-senhores? É a partir desses questionamentos que esta pesquisa se propõe a analisar o olhar sobre os ingênuos na década final do regime escravista e no imediato pós-abolição (1888-1889) no estado da Bahia.

Estudar a infância pobre e negra se faz necessário nesse percurso historiográfico numa tentativa de escutarmos as vozes daqueles e daquelas que sempre foram silenciadas no âmago desse país. Sabemos que esse tema é bastante analisado pela historiografia, assim, não pretendemos esgotá-lo, mas colaborar de maneira científica para o repaginar historiográfico ocidental, que muitas vezes colocou os ex-cativos na condição de espectadores das suas vivências, não como sujeitos históricos que lutaram e resistiram das mais variadas formas.

2 DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA SOBRE OS DESTINOS DOS INGÊNUOS NO PÓS-ABOLIÇÃO

Debruçar-nos sobre os temas ligados ao pós-abolição se tornou matéria comum para aqueles que se incomodam com todo racismo vigente em nosso país. Um questionamento presente na academia diz respeito à identificação do que seria, de fato, o pós-abolição e suas conjecturas históricas. Nesse sentido, uma das principais referências é o estudo das professoras Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos, que apresentam muitas reflexões sobre esse contexto, trazendo para o debate a essencialidade da questão: o modo de viver, as inter-relações, as aspirações sociais desses grupos e as estratégias para sobreviverem às dificuldades como cidadãos, patamar jurídico que alcançaram e não apenas as implicações econômicas e políticas.

Assim verificou-se uma sistematização dos pesquisadores em áreas de estudos que se preocupavam basicamente com o problema econômico e suas relações políticas na pós-abolição. Com o passar dos anos e o avanço das pesquisas históricas, percebemos que esses estudos foram ganhando novas reflexões ao inserir os ex-cativos como sujeitos históricos transformadores das realidades que o circundavam. Essa mudança de metodologia permitiu que

investigação histórica alcançasse uma perspectiva sociocultural, dando a ênfase as vivências e potencialidades negras.⁵

Em linhas gerais é perceptível que não houve de fato um projeto social por partes dos legisladores brasileiros que abarcassem a cidadania para os recém libertos, juridicamente eram livres. O que se verificou foi uma sociedade altamente excludente viciada pelo jogo desmedido da costumeira escravização. Nos dizeres da historiadora Wlamyra Albuquerque:

Ao contrário do que aconteceu nos EUA, ou em Cuba - países aonde a escravidão chegou ao fim quase na mesma época em que o Brasil — o Estado brasileiro nunca explicitou, em leis, as restrições impostas à população negra. Os mecanismos de exclusão são mais sofisticados. Vou exemplificar. Em 1881, o número de pessoas negras nascidas livres ou libertas já era maior que o número de escravizados no Brasil. A escravidão estava em crise. Foi quando se empreendeu uma grande reforma no código eleitoral. Ao longo de todo o Império, libertos não poderiam ser eleitos, mas poderiam ser votantes. A eleição acontecia em duas instancias, com uma indireta. Em 1881, o projeto era de que a eleição passasse a ser direta. Mas foram estabelecidas algumas exigências: para ser eleitor, o sujeito devia ser alfabetizado. Isso tirou uma boa parte da população liberta do processo eleitoral — uma população que já havia participado das disputas em outros momentos. Não há uma explicação, na lei, de que há um limite aos libertos. Mas criam-se restrições a sua cidadania.⁶

Os recém libertos, ao adquirirem o tão sonhado status de cidadãos, queriam participar ativamente das decisões que regulariam suas vidas; queriam ter acesso a empregos, terras, educação, alimentação, ou seja, queriam o mínimo para viver com dignidade, para conquistar a tão relevante cidadania. No entanto, a historiografia nos revela que muitos dos ex-senhores, não aceitaram de bom grado a abolição, criando não apenas meros embaraços circunstanciais, mas de fato, mecanismos que dificultassem a afluência dos ex-cativos em suas benesses sociais e políticas.

Ao suscitar tal afirmação, concordo com a professora Wlamyra Albuquerque, quando ela enuncia que

[...] o desafio é atentar para as especificidades do desmantelamento do escravismo no Brasil, assim como para a dinâmica da sociedade recém republicana, tentando compreender a redefinição de lugares e hierarquias, fundadas em critérios raciais,

⁵ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas.** TOPOI, Rio de Janeiro, v.5,n.8,p.174,jan/jun.2004).

⁶ Entrevista com a professora Wlamyra Abulquerque publicada em https://brasildedireitos.org.br/atualidades/depois-da-abolio-estado-sofisticou-mecanismos-de-excluso-diz-historiadora?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=aboli%C3%A7%C3%A3o&gclid=CjwKCAiAqaWdBhAvEiwAGAQtiaDMdECyr8BOKlDZQpUw1YlwSE7obMPhtFhWPblm-44CWeL7EsVvRoCX94QAvD_BwE Acesso em 08/jan.2023.

naquele ambiente de falência das seculares formas de diferenciação social: senhor-escravo; súdito-realeza⁷.

Esses lugares sociais são desenhados pela jovem república, de modo excludente e elitista. Cabe considerar, inclusive, que foi esse projeto de nação que alavancou a pobreza e as desigualdades sociais entre negros e brancos no Brasil.

Emilia Vioti da Costa, em seu livro **Da Monarquia à República: Momentos decisivos**, citou Silvio Romero que aduz em linhas gerais sobre o comportamento das elites brasileiras, denunciando o verdadeiro abandono das massas populares, massa essa composta naturalmente pelo ex-cativos e pelos ingênuos.

A elite republicana, senhorial e política, julgava essa população como inoperante, logo desfeitas das faculdades intelectivas suficientes para escolher os seus representantes políticos. Aqueles que serviram ao país como trabalhadores braçais e impulsionavam quase toda a cadeia produtiva, agora eram vistos como ineptos desprovidos de virtudes morais. Esse modo de pensar só reforça a concepção de manutenção de privilégios da sociedade branca, privilégios esses que estavam em jogo, na república nascente.⁸

Nesse sentido, busca-se entender qual Brasil foi deixado para essa massa populacional e, em especial, a perspectiva da criança negra, maculada em sua trajetória, em primeiro plano, pela Lei do Ventre Livre, em 1871 e, depois, no contexto do pós-abolição. Compreender como crianças nascidas do ventre livre eram subjugadas e mantiveram essa relação com os senhores através de instrumentos jurídicos balizados por essa lei é o elo inicial da pesquisa sobre os ingênuos no imediato pós-abolição.

Dito isso, observamos que a Lei do Ventre Livre continuou a exploração da mão-de-obra pueril, legitimada através do instituto da tutela e da soldada. A tutela consistia na proteção jurídica e, de fato, exercida em relação a alguém ou algo mais frágil. Segundo Maria Aparecida Papali, a tutela seria dividida em testamentária, legítima e dativa. “Chamam-se tutores testamentários aqueles que são nomeados por testamentos; Legítimos aqueles que a lei nomeia na falta ou incapacidade dos testamentários; e dativos, aqueles que, na falta ou incapacidade de uns e outros, são nomeados pelo juiz.”⁹ Já o instrumento da soldada, segundo Gislane Campo de

⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da “raça emancipada”: abolição e racialização no Brasil, breve comentário. História Social, n.19, pp.91-106, segundo semestre de 2010.

⁸ COSTA, Emília Viotti da, **Da monarquia à república: momentos decisivos**/Emília Viotti da Costa. – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. –(Biblioteca básica)

⁹ Para entender o instrumento da tutela e soldada, ler: PAPALI, Maria Aparecida. **A infância desvalida e exploração do trabalho infantil no pós-abolição: Vale do Paraíba paulista (1888-1895)**. Anais do XXIII encontro regional de história da ANPUH-SP, setembro, 2016.

Azevedo, seria “um contrato de locação de serviços de menores estrangeiros para serviços domésticos intermediado pelo juízo de órfãos”.¹⁰

Esse mecanismo, utilizado inicialmente para dispor da mão-de-obra pueril imigrante, passou a ser utilizado também para dispor da força de trabalho dos menores pobres e desvalidos do estado da Bahia, mesmo após a Lei Áurea. Entende-se que, apesar dos senhores serem responsáveis pela criação desses ingênuos, eles não o faziam da maneira adequada, não provendo o estudo e condições necessárias de desenvolvimento social. Essas crianças ficariam submetidas, à lógica escravocrata, uma vez que, a partir da lei do Ventre Livre em 1871, os mecanismos da tutela e da soldada, foram veemente utilizados, para continuação da imposição do trabalho por meios legais que, em verdade, disseminavam a costumeira cultura da subjugação dos corpos negros.

Parafrazeando Walter Fraga Filho, para esses jovens — os meninos e meninas negras nascidos de condição livre na vigência da escravidão —, a sociedade não teria preocupação alguma de prover acesso à educação de qualidade ou o labor digno e remunerado, projetando, assim, a sonhada ascensão social. A eles eram destinadas a subserviência, a disciplina e, até mesmo, os castigos corporais de outrora.¹¹

Subentende-se assim que, de fato, a criança negra não era vista como sujeito histórico portador de direito e de humanização, mas apenas como mão-de-obra trabalhadora, barata e servil, demonstrando ainda a habilidade e astúcia do legislador, que condicionou essa “liberdade” a várias imposições, que implicariam na manutenção da experiência de cativo até a idade de vinte e um anos.

A lei continuou a macular a vida desses jovens, não restando a muitos outro recurso senão a fuga. Nesse sentido, a fuga deve ser compreendida como um dos mais eficazes movimentos de resistência negra e vestígio histórico de força e coragem para forjar a tão almejada liberdade. Acertadamente Kátia Mattoso descreveu a lei do Ventre livre como o “triunfo das mentalidades antiquadas e perversas”.¹²

Essas crianças eram expostas ao mundo do trabalho muito cedo para compor a continuidade velada de um sistema escravocrata, amparado por uma legislação, que serviu, estrategicamente, como articuladora de uma série de crueldades na relação entre senhores e

¹⁰ AZEVEDO, Gislane Campos. **De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)**, São Paulo, PUC(Dissertação de Mestrado), 1995.

¹¹ FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996. p. 112.

¹² MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. “**O filho do escravo (em torno da lei do ventre livre)**”. Revista Brasileira de História, São Paulo, V.8, n 16 (mar./ ago. 1988), pp. 37-55.

ingênuos. É importante destacar que relatos sobre maus tratos, agressões físicas e de ordem psicológicas não eram desconhecidos e potencializavam angústias e anseios de fugas, que se materializavam muitas vezes.¹³

Pelo estudo das fontes bibliográficas em questão verifica-se que a preocupação com a jovem população negra era superficial e até dissimulada. A criança negra ficou à margem da sociedade republicana, sem o amparo legal que alavancasse sua cidadania, mantendo seu desproporcional estado de pobreza. A única preocupação real do estado brasileiro era compor leis que moldassem as potencialidades desses menores. Era o estado de vigilância sobre esses corpos, servindo como mecanismo de controle político e social.

3 OS JORNAIS COMO FONTE HISTÓRICA E A HEMEROTECA DIGITAL DA BN.

Compreender a fonte jornalística como material associado à pesquisa histórica, perpassa pela transformação historiográfica em sua acepção como fonte primária congruente e fidedigna com os acontecimentos de uma época. Houve o tempo em que tais aportes não eram considerados materiais suficientemente adequados para a reconstrução de um tema, em virtude, das muitas paixões, ou ainda, envolvimento, com os conteúdos da realidade social que atravessava o processo de escrita e criação desses periódicos. Ao menos, era isso que imaginavam os historiadores do século XIX. Eem consonância com os dizeres da Tânia Regina de Luca, esses deveriam sempre utilizar fontes marcadas pela objetividade, neutralidade e credibilidade.¹⁴

Com a escalada progressiva da revolução científica no campo da historiografia, em que a história começou a ser estudada não apenas através do caráter econômico, mas também social e cultural, como já explicitado anteriormente, o cotidiano ganhou espaço, os lugares de fala, o imaginário popular, as visões atreladas às classes sociais menos abastadas, começaram a balizar as páginas desses jornais. No caso da pesquisa em questão, o comportamento da sociedade baiana acerca dos ingênuos, se torna mais tangível se verificarmos a ocorrência dessas trajetórias sociais nessas fontes jornalísticas, retirando do ostracismo aqueles grupos sociais que compuseram a essência da formação nacional.

¹³ GUSMÃO, Giovanna Ferreira Nunes. **Histórias de ingênuos e órfãos tutelados na Bahia (1871-1900)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e local) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2016,p.33.

¹⁴ LUCA, T. R. de; PINSKY, C. B. (Org.). **O historiador e suas fontes** (organizado com Carla Bassanezi Pinsky). 1. p.102, ed. São Paulo: Contexto, 2009. v. 1. 333p.

Ganhando ênfase ainda maior no final do século XX, é perceptível então a preocupação crescente dos historiadores em acenar mudança a partir das sociabilidades latentes, reconstruindo o passado num jogo interpretativo através das novas reflexões epistemológicas do presente. Papel protagonista de uma imprensa compromissada com os mais variados agentes, apresentando, assim, visões que moldavam a próprio movimento histórico, ora para causas revolucionárias — como os jornais abolicionistas faziam —, ora de maneira mais conservadora, se deleitando o leitor não mais como mero espectador.¹⁵

O destaque da História Cultural e Social nos faz pesquisar de forma sistemática a fonte jornalística como objeto que compõe o enredo dessa pesquisa. A teia de informações que compõe a vida dos ingênuos, a maneira como os editoriais baianos os noticiam, os fragmentos de memória nos vários campos de existência, a materialidade enquanto sujeitos históricos, associada ao imediato pós-abolição na república nascente, retirando do bojo exclusivo da subjetividade, ou meramente especulativo, fomentando a subversão acadêmica ao dar enobrecimento e sustentabilidade à causa negra, tida como minoritária.

Ponto comum, uma vez desmistificado o papel imprescindível da imprensa, na composição historiográfica, era imersão desses editoriais, nas sociedades em seus tempos históricos. Exemplo disso, são os jornais abolicionistas do século XIX, que corroboravam para a luta pelos direitos desses cativos, num país que insistia em não enxergar essas pessoas efetivamente como seres humanos, sendo notadamente “coisificados” ou vistos como meras propriedades. Assim, os jornais serviam como delatores de um sistema estruturado formalmente pelas vias legais para aniquilar o povo negro no Brasil.

Essa imersão nas experiências das pessoas movimentava a história produzida concomitante com o momento histórico. Logo, pode se afirmar que tais editoriais, tinham “vida” e se movimentavam junto com a própria realidade social, como um espelho das mais variadas interpretações daquela sociedade.

Com o avanço da globalização e das novas forças produtivas capitalistas e com a consequente modernização do mercado editorial jornalístico e científico, nasce uma nova forma de fazer pesquisa, associando a erudição do jornal impresso, com tecnologias e ferramentas digitais, que em muito auxiliam as pesquisas, daqueles que se propõe a estudar a imprensa como um todo. Nesse aspecto, chamamos a atenção para a importância da Hemeroteca Digital

¹⁵ VIEIRA, Lucas Schuab. **A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método**. BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, v. --, p. 01, 2013.)

Brasileira, que compõe milhares de periódicos digitalizados em seus sítios virtuais, alavancando o novo campo do conhecimento que é a História Digital.

O ato de pesquisar está sendo transformado, uma vez que, o espaço-tempo, está em constante e rápida movimentação. O dia a dia, e suas efêmeras revoluções conduzem os pesquisadores a utilizarem essas ferramentas e, ao mesmo tempo, obriga-os a se qualificarem cada vez mais no seu uso. Assim interage com caminhos mais fluidos, mas não menos cansativos que a pesquisa presencial, mas não há dúvida que a História Digital e sua maneira de produzir conhecimento estão transformando positivamente a cadeia epistemológica, por ser ela fruto da própria experiência social.

Dessa maneira, o maior desafio dos pesquisadores que se propõem a estudar como fonte primária os jornais, é significativamente verificar de modo progressivo, a maneira como esses jornais eram escritos, quais profissionais compunham o seu editorial, a que público era dirigido, qual a sua fonte de receita e, no caso desta pesquisa, como apareciam os ingênuos nesses jornais. Buscando aprofundar esse olhar que, no próximo ponto desse artigo, demonstramos o caminho metodológico utilizado, percorrendo as páginas do repositório da HDB e discutindo como esses jornais repercutiam a vida dos ingênuos no Brasil, no período estudado (1888-1889).

4 OS DISCURSOS DOS JORNAIS BAIANOS SOBRE OS INGÊNUOS – UMA ANÁLISE A PARTIR DO REPOSITÓRIO DA HEMEROTECA DIGITAL

Quando iniciei a pesquisa atravessávamos uma fase terrível, em decorrência da pandemia do Covid-19. A maior inquietação seria como pesquisar esses periódicos sem visitar os arquivos presencialmente, diante disso fui então apresentado pelo professor Eric Brasil Nepomuceno ao vasto arquivo virtual da Hemeroteca Digital Brasileira. Esse universo fruto de muito trabalho de digitalização das fontes históricas, contribuiu sensivelmente para o processo contínuo de preservação cultural, patrimonial e memorialística.

Ao analisar as fontes no sítio virtual da HDB, utilizando a palavra-chave “ingênuo” como critério de busca, no estado da Bahia, no período compreendido entre 1880-1889, encontrei cento e dezessete periódicos. Nesse ponto verifiquei a primeira dificuldade relacionada à pesquisa, visto que aparecia *ipsis litteris* a palavra “ingênuo” fora do contexto pesquisado — termo que faz alusão aos filhos e descendentes do ex-cativos. Um segundo óbice ao andamento da pesquisa é que dentro desses arquivos constam não apenas jornais, mas também relatórios do governo, revistas, leituras religiosas e anais da assembleia legislativa,

relembrando que o procedimento metodológico dessa pesquisa utiliza como fonte primária documental a análise das matérias jornalísticas (Figura 1).

Figura 1 - Página de busca da Hemeroteca Digital Brasileira

HEMEROTECA DIGITAL
 Pesquise os periódicos no acervo da Hemeroteca.
 Aqui você busca por palavras-chave nos conteúdos dos periódicos. Se estiver buscando outro tipo de publicação, encontre no Acervo Digital.

Período: 1880 - 1889 | Local: BA | Período: Todos (117)

Pesquisar (Para uma frase exata, coloque as palavras entre aspas. Ex.: "mundo verde").
 ingenuo

Pesquisar

ARTIGOS
 Veja todos disponíveis

TÍTULOS
 Veja todos disponíveis

TEMAS EM DESTAQUE
 Veja os periódicos da Hemeroteca reunidos por temas.

Os periódicos - jornais e revista... | A imprensa periódica produzida no...

Fonte: Portal Hemeroteca digital brasileira (2022).

Cabe salientar, também, que a presente pesquisa, como já revelado, se concentra nos estudos dos anos de 1888-1889, mas o filtro de busca, não permite a investigação ano a ano destacando um por um, a busca por período disponibiliza como resultado o filtro de períodos de 10 em 10 anos, concernindo ao pesquisador fazê-lo observando os anos que pretende se debruçar (figura 2).

Figura 2 - Pesquisa por período

HEMEROTECA DIGITAL
 Pesquise os periódicos no acervo da Hemeroteca.
 Aqui você busca por palavras-chave nos conteúdos dos periódicos. Se estiver buscando outro tipo de publicação, encontre no Acervo Digital.

Periódico Período Local

Período: 1880 - 1889 (dropdown menu open showing: 1880 - 1889, 1890 - 1899, 1900 - 1909, 1910 - 1919, 1920 - 1929, 1930 - 1939)

Local: BA

Palavras entre aspas. Ex.: "mundo verde")

Pesquisar

ARTIGOS
 Veja todos disponíveis

TÍTULOS
 Veja todos disponíveis

TEMAS EM DESTAQUE
 Veja os periódicos da Hemeroteca reunidos por temas.

Num. 12.
IDADE DO BRASIL
 Sexta feira 21 de Junho de 1811.
 A imprensa periódica produzida no...

THEATROS

Fonte: Portal da Hemeroteca digital brasileira (2022).

Para exemplificarmos a dificuldade detalhada, observamos na Figura 3, no que se refere à página de resultados utilizando a palavra “ingênuo”, aparece em cento e seis ocorrências, em cento e dezessete acervos e sessenta e dois mil trezentos e cinquenta e quatro páginas. Nesse amplo domínio, fica clara a grandeza da pesquisa, pois constam não apenas como já relatado, os anos pesquisados, mas como amostra, jornais que marcam o lapso temporal de 1876 a 1881, como é o caso do jornal **O monitor**, demonstrando que a pesquisa é, de fato, literalmente textual, utilizando a tecnologia de reconhecimento ótico de caracteres — Optical Character Recognition (OCR), como verificado na Figura 3.

Nesse diapasão, outra intercorrência verificada é que o sistema de reconhecimento OCR não se mostrou capaz de identificar todas as ocorrências com a palavra ingênuo. Essa constatação foi possível graças à leitura atenta das fontes primárias pesquisadas, o que não retira a importância da HDB, uma vez que, como apontam Brasil e Nascimento, o historiador atento e preparado tecnicamente deve utilizar os mecanismos tecnológicos que lhes são apresentados a seu favor, visto que na hemeroteca ficam disponíveis os jornais páginas por páginas, cabendo ao pesquisador lê atentamente, fugindo assim da leitura fragmentada. Sabemos da agilidade que o sistema OCR propicia nessa busca, no entanto, a metodologia apresentada pela pesquisa precisa se moldar aos óbices encontrados, superando os seus desejos de busca apenas por

palavras exatas, de maneira geral contextos devem ser analisados, sempre confrontando as demais fontes porventura utilizadas com o material bibliográfico.¹⁶

Figura 3 - Print screen da página de resultados da busca realizada

Descrição	Páginas	Ocorrências	Opções
O Monitor (BA) - 1876 a 1881	5815	45	⊕
Gazeta da Bahia : A "Gazeta da Bahia" é propriedade de uma Associação (BA) - 1879 a 1886	8599	17	⊕
Diário da Bahia : O Diário da Bahia é propriedade de uma Associação (BA) - 1882 - 1889	2242	13	⊕
Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia (BA) - 1873 a 1887	6515	6	⊕
Gazeta Médica da Bahia : Publicada por uma Associação de Facultativos (BA) - 1867 a 1905	19144	5	⊕
O Asteroide : Orgam da Propaganda Abolicionista (BA) - 1887 a 1889	396	4	⊕
O Asteroide : Orgam da Propaganda Abolicionista (BA) - 1887 a 1888	403	3	⊕
Relatorio dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) - 1823 a 1889	12935	2	⊕
O Americano (BA) - 1872 a 1886	52	2	⊕
Almanach do Diário de Noticias (BA) - 1881 a 1885	1106	2	⊕
O Guarany : Jornal Noticioso, Litterario e Commercial (BA) - 1877 a 1886	710	1	⊕
Diário do Povo (BA) - 1889	744	1	⊕
Almanach Litterario : E de indicações para o anno de 1889 (BA) - 1888 a 1889	497	1	⊕
A Verdade : Propriedade de uma Associação (BA) - 1877 a 1882	16	1	⊕
Revista Democrata (BA) - 1879 a 1880	106	1	⊕
A Locomotiva : Folha Illustrada Hebdomadaria (BA) - 1888 a 1889	158	1	⊕
O Tentama (BA) - 1888	4	1	⊕
Diário de Noticias (BA) - 1876 a 1909	114	0	⊕
Leituras Religiosas : Publicação Semanal (BA) - 1889 a 1906	1641	0	⊕

Fonte: Portal da Hemeroteca digital brasileira (2022).

Apesar de muitas páginas de pesquisa, poucos foram os jornais que se propuseram, a demonstrar o conjunto da vivências e experiências ligadas aos ingênuos. Mais uma vez constatamos o silêncio que envolvia a vida dessas pessoas. O processo de marginalização do povo negro sempre adentrou ao território da “coisificação”, pois como sabemos no curso da história, a essa massa era relegada apenas os maus-tratos e o trabalho forçado, numa tentativa clara de desumanização desses grupos. Nas páginas da maioria dos jornais da época era muito comum, verificar anúncios de vendas e de fugas se atendo apenas a esses aspectos, o que demonstra mais uma vez, a sua relevância meramente econômica.

Em verdade, o único jornal detectado era de formação ideológica abolicionista, sendo ele o jornal da cidade de Cachoeira: **O Asteróide**. Várias passagens foram identificadas nesse

¹⁶ BRASIL, Eric ; NASCIMENTO, L. F. . **História Digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e o uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica**. ESTUDOS HISTÓRICOS, v. 33, (pp. 211-212, 2020.)

jornal, relatando a forma como esses ingênuos eram tratados e como a elite senhorial procedia com plena hostilidade para com os ex-cativos.

O jornal abolicionista **O Asteróide** teve ampla participação na luta pela liberdade do ex-cativos e foi uma voz ativa daqueles que eram subjugados no processo escravista. Através da leitura desse periódico, é possível perceber os horrores da escravidão e, muito além de publicizar esses horrores, o editorial também propunha soluções, afinal acreditavam não ser possível a continuidade do abjeto plano de nação que estava sendo construído ao longo do século XIX. Para eles era totalmente viável uma nova conjectura que modernizasse o país e essa modernidade passaria pela inserção desses grupos sociais.

Ao utilizar o jornal em questão como fonte primária, observamos o compromisso desses editores, não apenas como denunciante ou memorialista, mas como sujeitos históricos que notadamente contribuíram para transformar a composição estrutural da sua época. No entanto, apesar de atentos ao poder da imprensa e o seu lugar social na luta abolicionista no estado da Bahia, não olvidemos que essas lutas foram ancoradas num longo processo histórico de resistência negra, materializados não apenas pelas fugas, mas também por assassinatos, revoltas e rebeliões muito comuns no período escravagista. Sem falar ainda nas Irmandades negras que constituíram verdadeira rede de apoio, financiando também a compra da alforria dos cativos.¹⁷

No campo da historiografia, verificamos que durante muitas décadas essas e outras histórias de lutas não foram discutidas, sob o argumento comum de que toda a documentação era produzida pelos senhores, mas nos dias atuais novas formas de produzir pesquisa principalmente associada à aproximação com o estudo da história oral, alavancaram a disseminação das reminiscências das memórias, dando visibilidade a esses grupos.¹⁸

Em meio às calorosas discussões que se sucederam em torno da abolição, nasceu o jornal em questão, as lutas dos escravizados, enfim começavam a surtir o efeito desejado, com o iminente avanço da abolição em 1888. Em 1887, surge o órgão de propaganda abolicionista **O Asteróide**. Nos dizeres de Jacó dos Santos Souza, seria este “resultado de um projeto idealizado por indivíduos envolvidos no movimento antiescravista”. O jornal **O Asteróide** atormentou a

¹⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **Uma história do negro no Brasil** / Wlamyra R. de Albuquerque, Walter Fraga Filho. _Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, pp,103-142,2006. 1. Negros - História - Brasil.

¹⁸ FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos** /Sônia Maria de Freitas. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas,pp50-58,2006.

elite local escravocrata ligada a lavoura açucareira que, naqueles difíceis dias, resistia à abolição do trabalho escravo.¹⁹

O jornal era composto por gente de vários setores sociais e raciais, o que lhe dava características liberais, que tanto desagradava aos senhores contrários ao fim da escravidão. Através da revisão bibliográfica, verificamos que esses editores pertenciam a diferentes profissões, tais como médicos, advogados, professores e comerciantes. Essa característica permitia que muitos desses editores gastassem inclusive do próprio bolso para a manutenção e circulação do jornal, uma vez que já possuíam relativa estabilidade econômica. O interesse na venda e circulação era, de fato, o semear revolucionário. O objetivo maior da causa seria a liberdade, representada pela abolição.²⁰

Uma dúvida bem comum diz respeito ao público leitor desse jornal, numa sociedade majoritariamente iletrada. Através da pesquisa bibliográfica, verificamos que a Bahia do século XIX, era majoritariamente analfabeta, inclusive entre a população mais abastada, logo, pertencente às classes senhoriais. Entre os cativos, a quem foi relegada a dor e os maus tratos, a maioria não tinha acesso ao processo de alfabetização.²¹

Apesar de muitos cativos não saberem ler, eles tiveram acesso às matérias do jornal, uma vez que era muito comum no Brasil Oitocentista a leitura desses periódicos em voz alta e em praça pública através dos chamados “leitores de ouvidos”. Aprendiam através do ouvir e faziam com que a propaganda abolicionista circulasse de modo rápido e efetivo, via o popular “boca a boca”. Os articulistas abominavam a ideia de continuidade da escravidão impulsionando as fugas, quando se direcionavam para os escravizados, e trazendo para o apelo cristão e ético, quando esses se direcionavam para os senhores proprietários.²²

Em suma, as páginas do jornal em questão, eram direcionadas para várias camadas sociais, passando pela população livre em sentido geral, os senhores e até mesmo a massa de escravizados. A leitura atenta da fonte nos faz verificar que de fato os articulistas quiseram chamar atenção principalmente dos proprietários de terras, senhores da escravidão, apelando

¹⁹ SOUZA, Jacó S. **Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e local) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, p.20, 2010.

²⁰ Idem.

²¹ MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Bahia, século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp. 200-207.

²² SOUZA, Jacó.S. **Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e local)- Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, pp.55-61, 2010.

para valores da ética cristã de humanização, que segundo eles não tinham consonância com a continuidade do “elemento servil”.²³

O periódico pode ser visto como um dos maiores divulgadores da causa abolicionista na Bahia. Durante o período estudado, teve papel estratégico, ao denunciar as mazelas da escravidão e se opor ao ideal político senhorial que não concedia direitos aos então cativos, numa tentativa de demonstrar o qual atrasado estaria a nossa nação como a preservação e manutenção do cativeiro, em pleno descompasso mundial. Já após a abolição continuou seu protagonismo, mesmo que de forma breve²⁴, passando a enveredar corajosamente a luta pela inserção desses grupos sociais, através da defesa de reformas no campo político, para que o Brasil figurasse como um país moderno e civilizado.

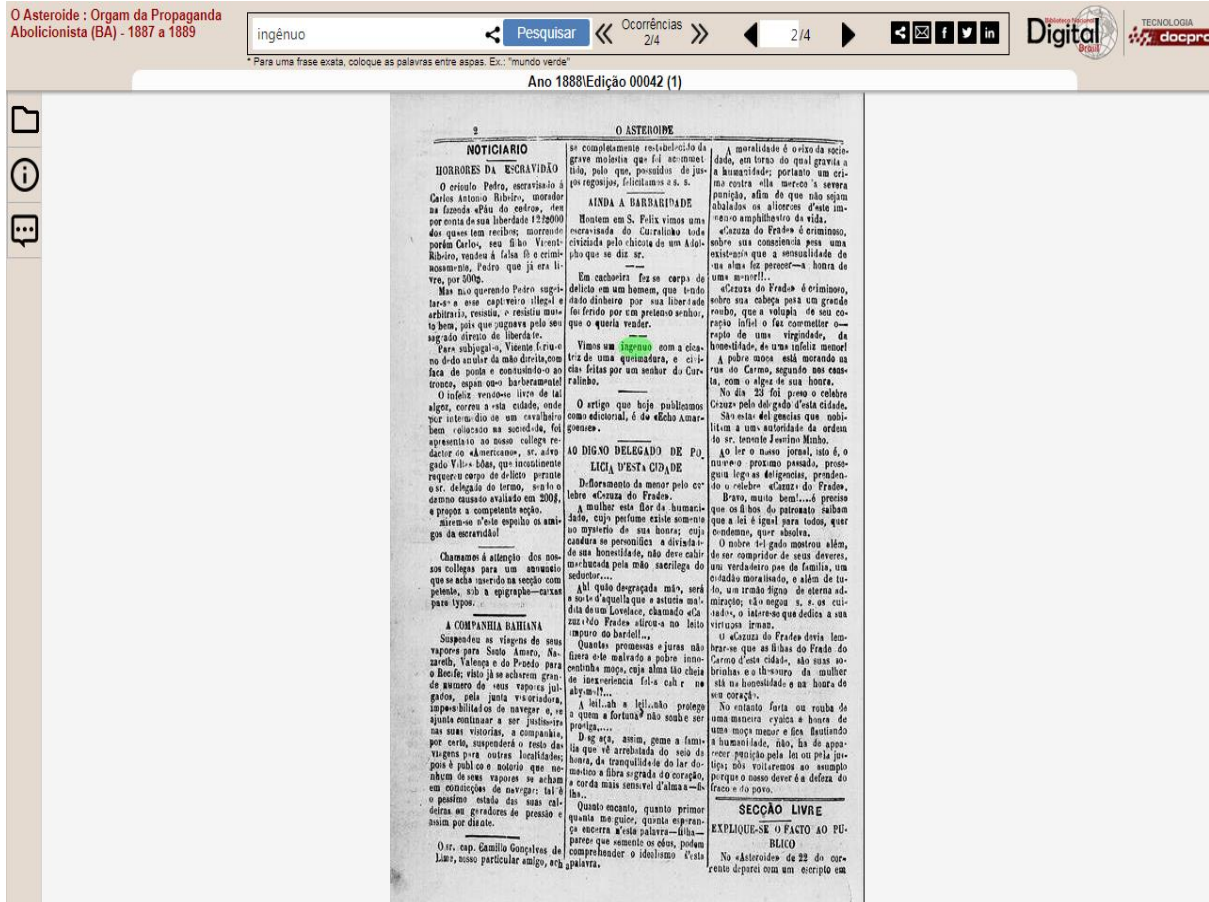
Durante a pesquisa imersa propriamente nas fontes, observei que apesar dos filtros da HDB, encontrarem inúmeros periódicos que se diziam abolicionista, **O Asteróide** foi o único que se dedicou de maneira mais expressiva a defesa do ingênuo — grupo central do nosso estudo. Para ilustrar a investigação, trazemos as referências encontradas diretamente no jornal. Muitas denúncias sobre os horrores e barbaridades da escravidão e ainda os maus tratos direcionados aos ingênuos, como na edição de nº 42, datada de 24 de fevereiro de 1888, na secção “Noticiário” em que foi publicado o caso do crioulo Pedro, escravizado de Carlos Antonio Ribeiro, o qual o mesmo já tinha pago sua alforria ao seu senhor, ocorre que com a morte desse patrão, o seu filho agindo de má-fé e de maneira sorradeira, o vendeu, mesmo tendo o crioulo Pedro, recibos e notas da transação de alforria. Percebem-se nesse trecho que muitas foram as estratégias desses senhores para que a escravidão perdurasse no Brasil. Nessa mesma seara, verificamos também, estratégias de resistências, uma vez que, não desejando Pedro retornar à condição de cativo, recorreu ao advogado abolicionista, contra as imposições do seu algoz. Ao publicar tal passagem o jornal **O Asteroide** cumpre com sua função ideológica abolicionista e incita os demais cativos a fazerem o mesmo que Pedro, fugir e lutar pela sua liberdade. O articulista ainda chama atenção dos senhores dizendo: “Mirem-se n’este espelho os amigos da escravidão!”, ou seja, aqueles que se colocarem a favor da escravidão testemunharão a fuga em massa dos cativos, afinal a abolição seria em breve inevitável. Por fim, nesta mesma secção denuncia ainda as barbaridades contra os ingênuos, ao publicar

²³ Idem.

²⁴ O jornal acabou em setembro de 1888.

explicitamente a brutalidade de um senhor da localidade conhecida como “Currealinho” contra um ingênuo deixando neste, uma cicatriz de queimadura.²⁵

Figura 4 - Jornal O Asteróide, Edição nº 42



Fonte: Portal da Hemeroteca Digital Brasileira (2022).

Às vésperas da abolição, na edição de nº 63, datada de 08 de maio de 1888, na secção Noticiário, o articulista faz menção a fala da princesa Isabel fazendo sua transcrição integral, sobre o fim da escravidão e o processo de desenvolvimento econômico através da vinda de imigrantes para ocupar o espaço de trabalho antes ocupados pelos cativos.²⁶ A leitura atenta nos revela que a lei do dia 13 de maio, não reservava aos egressos do cativeiro, a mobilidade necessária para serem integrados satisfatoriamente ao campo da cidadania, enquanto sujeitos históricos que eram, ao não fazer referência ao destino dos mesmos. Ainda na fala, a princesa explicita a ideia de benevolência e voluntarismo cristão da massa senhorial. Desde o mais

²⁵ Jornal “O Asteróide” (BA). Ano 1888. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional Disponível no link: < <http://memoria.bn.br/DocReader/717614/162> >. Acesso em 06 dez.2022.

²⁶ Jornal “O Asteróide” (BA). Ano 1888. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional Disponível no link: < <http://memoria.bn.br/DocReader/717614/245> >. Acesso em 06 dez.2022.

longínquo tempo a elite senhorial, e os gestores públicos do Brasil, insistem em silenciar o conjunto de resistências negras, ao fazer referência às conquistas emancipatórias como bondade e voluntarismo branco.²⁷

Figura 5 - Jornal O Asteróide, edição nº 63



Fonte: Portal da Hemeroteca Digital Brasileira (2022).

Nessa mesma edição, na seção “Liberdades”, ainda faziam referências às várias alforrias que foram concedidas, dentre elas, inclusive os ingênuos que apesar de serem livres, também foram dispensados dos trabalhos que estavam obrigados em virtude dos institutos da tutela e da soldada. A título de exemplo da continuidade desses serviços até os vinte um anos, identificamos, o forte poder senhorial, mesmo com o advento da lei do Ventre Livre:

O Sr. João Pacheco de Oliveira, e sua exma. Senhora d. Carolina Vieira de Oliveira; passaram conta de liberdade aos seus únicos escravos Marcolino, pardo de 20 anos de idade, Anna, crioula, de 30 anos, dispensando os serviços de dous ingênuos, filhos d’esta, Cecilia e Antonia; e Benigna, crioula de 20 anos.²⁸

²⁷ Depreende-se nesse ponto, que ao mesmo tempo em que o jornal denunciava os horrores da escravidão, também eram bastante moderados, por que enalteciam as ditas virtudes daqueles senhores que iniciaram o processo de libertação dos seus cativos, era um verdadeiro “morde e assopra”. Talvez essa fosse à tática utilizada para demover os laços da escravidão, no entanto, ignoraram por completo nesse ponto o conjunto de resistências da população negra.

²⁸ Jornal “O Asteróide” (BA). Ano 1888. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional Disponível no link:< <http://memoria.bn.br/DocReader/717614/245> >. Acesso em 06 dez.2022.

No fragmento acima é possível então, absorver a ideia de que essas jovens continuaram submetidas, aos mandos e desmandos do seu senhor até a idade de vinte anos, somente ficando verdadeiramente livre na iminência da lei do dia 13 de maio de 1888 que, enfim, aboliu a escravidão em nosso país.

Como resultado da investigação, inferimos de maneira reiterada que poucos foram os jornais na Bahia nos anos de 1888 e 1889 que investigaram e denunciaram em suas páginas as atrocidades cometidas contra os ingênuos, além de se omitirem em denunciar os castigos e maus tratos, esses jornais também não se preocuparam em fiscalizar e revelar a situação dos jovens com relação a sua educação, já que de acordo com a lei do ventre livre, os senhores que gozassem dos serviços prestados deveriam prover além do sustento a educação, ou instrução formal dessa massa pueril.

Nesse ponto reivindico a atenção do leitor (a), para o caráter revolucionário do Jornal **O Asteróide**. Apesar de verificarmos a atuação significativa de vários redatores no campo da educação, me chamou especial atenção à atuação do professor Cincinato Ricardo Pereira da Franca.²⁹ O articulista desempenhou o labor de professor, uma vez que, demonstrava total preocupação com a educação dos cativos e de quem tivesse interessado em ser alfabetizado, especula-se então que muitos ingênuos possam ter sido alfabetizados pelo mestre. Vestígio bibliográfico dá conta que Cincinato era articulista não apenas no jornal **O Asteróide**, escrevendo assim em vários jornais locais. Sendo assim, não nos causa estranheza a informação de que ele teria inclusive utilizado o espaço da redação do jornal **O Guarany** para dar aulas de alfabetização. Outro fato que não nos surpreende, é que o professor Cincinato não seria um homem branco, o que apenas confirma a heterogeneidade racial daqueles que compuseram a redação do jornal objeto da nossa pesquisa.³⁰ Abaixo imagem do professor Cincinato Franca:

²⁹ Cândida Pereira dos Santos Monteiro descreve o professor Cincinato Ricardo Pereira Franca, como homem negro, intelectual, nascido em 14 de fevereiro de 1860, na Freguesia de São Thiago do Iguape, pertencente à cidade de Cachoeira, e falecido em 27 de dezembro de 1934. Filho da senhora Umbelina Franca das Neves e do capitão Augusto Ricardo Pereira das Neves; irmão de Evarista Franca de Albuquerque, professora primária, e de Demetrio Ricardo da Franca, um eclesiástico que se tornou vigário na cidade de Cachoeira. Primo e cunhado do professor Alípio Correia da Franca, pois era filho de sua tia Eufrosina Correria da Franca e irmão de sua esposa Cora Franca. Foi um relevante abolicionista e professor primário na cidade de Cachoeira e em Salvador, atuando na educação formal e informal, na imprensa e nos movimentos sociais. Sua família era formada por professores. Para mais informações, consultar: MONTEIRO, Cândida Pereira dos Santos. **Para uma história dos grupos escolares na Bahia: a trajetória do Grupo Escolar Rio Branco (1905/1929)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

³⁰ Para compreender melhor a participação do professor Cincinato Franca e de outros redatores do Jornal O Asteróide no processo de educação do povo negro, ler: **Souza, J.S. Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e local)- Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, pp.50-44, 2010.

Figura 6 - Professor Cincinato Franca

Fonte: Edição da Livraria Econômica, Bahia, 1914.

Para asseverar ainda mais a importante relevância do jornal na luta pelo direito dos ingênuos, destacamos que mesmo com a chegada da lei áurea, em 13 de maio de 1888, esses personagens continuaram a lutar pelos direitos dos ingênuos, escrevendo em seus artigos inclusive sobre a falta de apoio do poder judiciário, para que essas pessoas tivessem acesso a educação, e a viver em verdade de maneira livre, sem se rebaixar ao asqueroso poder senhorial de outrora, requerendo assim ágil postura dos senhores da lei, no desiderato de manutenção dos direitos básicos e adquiridos depois de tanta luta, sangue e suor do povo negro.

A omissão do poder judiciário em conservar a liberdade dessas pessoas foi desta forma, veementemente atacada pelos articulistas. Na edição nº 74 páginas 01 e 02, datada de 19/06/1888, na seção intitulada “Ingênuos”, pode ser conferida que apesar de possuidores de direito, estes não estavam sendo respeitados. Dessa forma, requerem os redatores a punição para aqueles que se colocarem contrário a lei, chamando atenção das autoridades para esse fim, do contrário as próprias instituições não estariam cumprindo o seu dever maior, que seria garantir a justiça e igualdade para todos os cidadãos. Para os articulistas, a cidadania deveria abarcar a todos, sem distinção, tornando assim o país, de fato moderno, devendo o governo

imperial, “explicar aos maus entendedores”, quantas vezes fossem necessária, a liberdade incondicional do povo negro.³¹

Passível a transcrição, de algumas linhas dessa súplica, quanto à situação a que estavam submetidos os ingênuos. Os articulistas, já abrem a seção “ingênuos”, com os seguintes dizeres às autoridades:

Chamamos a atenção das nossas autoridades locais para o importante edictorial do paiz de 24 do mez próximo passado. Os abusos com que os, inconvetiveis, expertenços possuidores do elemento escravo querem macular a magna e diamantina lei de 13 de maio do corrente anno, requeram, severa punição da parte d’a quelles, a quem esta confiada à execução das leis. É preciso que a lei seja, uma realidade entre nós, sem a qual todas instituições e garantias sociais perecem..³²

No decorrer do artigo, continuam a investida, com as seguintes colocações:

Os ex-ingênuos seguem hoje a condição de suas mãis; devem ir com estas para onde ellas forem, a menos que não se pretenda, por meio de circunlóquios, crear uma nova espécie de escravidão. O Sr. Ministro da agricultura seja expedito nos avisos que ponham em paradeiro a taes abusos. Se algum contrato foi feito, quando o ingênuos ainda tinham mãi escrava, esse contrato desapareceu a menos que mãi e filho não se queiram contratar novamente. Isto que virtualmente se acha na lei de 13 de maio deste anno, e que claramente estatuiu a de 28 de setembro de 1885, precisa ser explicado, re-explicado, e tornado a explicar aos maus entendedores. O governo assumo o papel de explicar “ex-cathedra” que lhe compete” .³³

³¹ Jornal “O Asteróide” (BA). Ano 1888. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional Disponível respectivamente nos links: <<http://memoria.bn.br/DocReader/717614/289>> e <<http://memoria.bn.br/DocReader/717614/290>>. Acesso em 06 dez.2022.

³² Jornal “O Asteróide” (BA). Ano 1888. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional Disponível no link: <<http://memoria.bn.br/DocReader/717614/289>>. Acesso em 16 jan.2023.

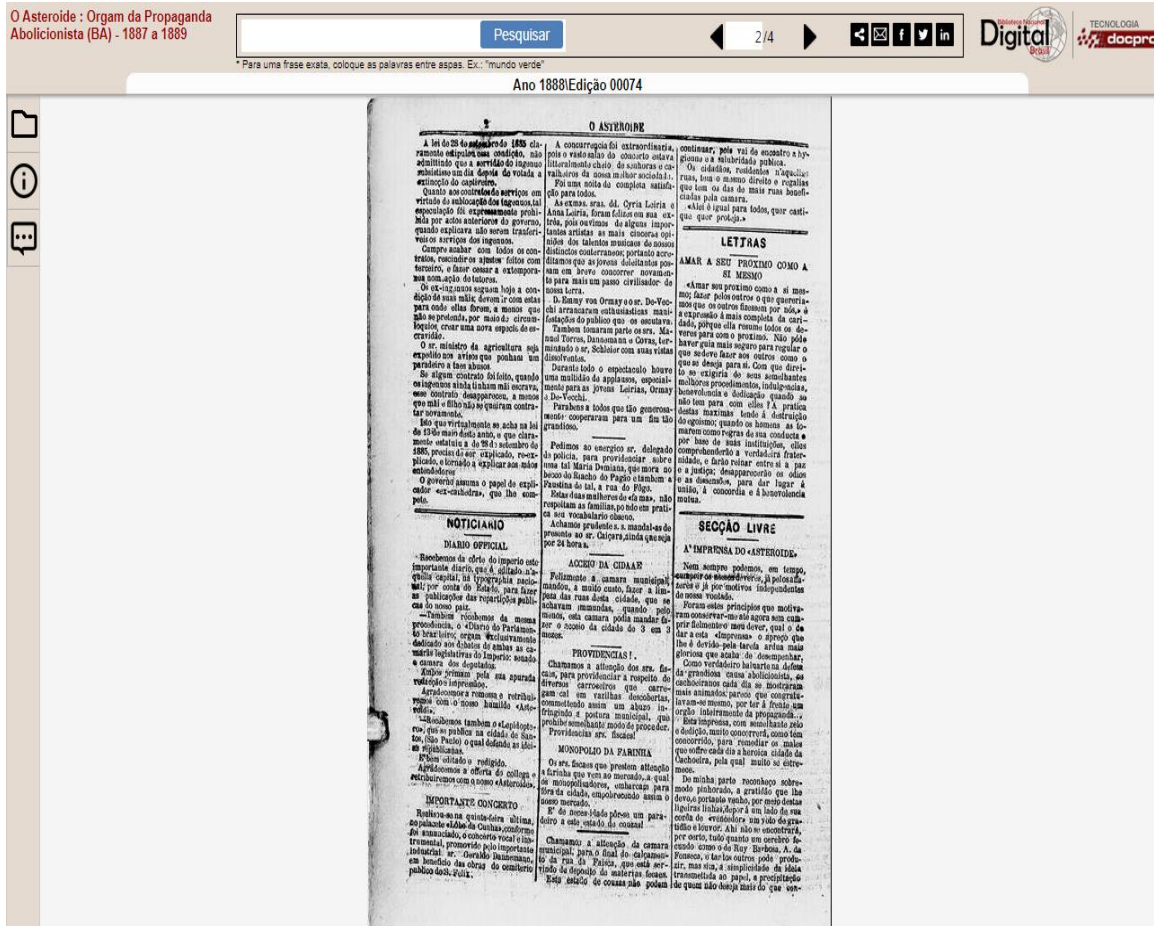
³³ Jornal “O Asteróide” (BA). Ano 1888. Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional Disponível no link: <<http://memoria.bn.br/DocReader/717614/290>>. Acesso em 16 jan.2023.

Figura 7 - Jornal O Asteróide, edição nº 74, página 01



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2022).

Figura 8 - Jornal O Asteróide, edição nº 74, página 02



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2022).

E assim através dessa pesquisa inicial, observamos o poder de atuação das fontes primárias jornalísticas no processo de lutas abolicionistas que transformaram em seu próprio tempo a vida dos cativos e ingênuos num elo que interligava o arcaico Brasil Monárquico, com a modernidade que se esperava com a chegada do Brasil Republicano, representado assim pelo fim do cativo. A imprensa em soma com o conjunto de resistências negras então seriam também a mola propulsora, que reivindicaria o dito progresso e o status de civilização que o Brasil, tinha perdido com o mundo, visto que foi o último país a abolir a escravidão. Cabe ainda destacar que o jornal **O Asteróide**, sempre buscou as reformas sociais necessárias, para que todo povo negro teve acesso a educação pública, a sua luta em favor dos ingênuos, com certeza será lembrada por toda sociedade baiana, enquanto houver pesquisas que trilhem pelo caminho da emancipação da infância negra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desse artigo foi discutir as relações e vivências, a que estavam reduzidos os ingênuos no imediato pós-abolição. Essas relações perpassariam pelo conjunto de atividades laborais a que se achavam submetidos e também pela verificação de algum tipo de acesso à educação no Brasil Republicano.

Notadamente, utilizamos como critério metodológico a análise das fontes primárias, representada pelo conjunto de jornais disponíveis no sítio da Hemeroteca Digital Brasileira, em comparação com as fontes bibliográficas. Apesar de muitos jornais digitalizados corresponderem ao período estudado 1888-1889, poucos foram os que se ativeram a discutir o dia a dia dos ingênuos, clarificando suas conexões com a liberdade, com o cativo e o mais importante com a educação.

Durante toda a pesquisa, averiguamos a importância da imprensa, não apenas como mero reprodutor de acontecimentos do presente, mas como elemento de dinâmica transformação social. A movimentação dos redatores do Jornal **O Asteróide** contribuíram bastante para o alargamento do pensamento abolicionista no estado da Bahia. Suas denúncias fizeram não apenas os senhores da escravidão refletirem, mas devido ao seu alcance, a própria massa cativa, especialmente sobre o lugar que estava destinado ao povo negro, incomodando todo o sistema vigente.

Sobre os ingênuos, elo fundamental do nosso estudo, confirmamos a compreensão de que, com a Lei do Ventre Livre, não houve de fato, a liberdade desejada, uma vez que, os instrumentos da tutela e da soldada, acabara por obrigar a continuidade da subjugação dos corpos, ainda que isso não estivesse explícito na lei. Pela leitura do periódico, deduzimos que apesar das denúncias dos jornais, sobre a abjeta situação que viviam, não houve um projeto que perfilasse como preocupação o desenvolver e a sua inserção como cidadãos, na sociedade brasileira pós-escravista.

As agências de lutas e resistências do povo negro podem ser caracterizadas, dessa forma, através das inúmeras investidas contra os mandos e desmandos das classes senhoriais. Materializada não apenas pelas fugas, mas também revoltas, organização em quilombos, por toda solidariedade das irmandades negras (através do apoio a compra de alforrias), terreiros de candomblé e afins. Nesse ritmo constantes de crescente mobilização e natural insatisfação, as engrenagens sociais começaram a serem movimentadas, não sendo mais aceito o processo de escravização dessas pessoas.

Assim o comprometimento da atividade econômica, através das várias formas de resistência, chamou a atenção desses grupos abolicionistas para a construção de um novo modelo de nação, que coincidiria com a chegada do Brasil republicano. No entanto, como verificado, as autoridades públicas nacionais estavam mais preocupadas com a inserção da massa trabalhadora imigrante europeia, do que em pagar dignos salários aqueles que com suor e sangue ergueram os pilares da nação.

Imprescindível então, o desempenho da imprensa abolicionista para em conjunto com as mais variadas formas de oposição e sociabilidades negras “plantar a semente da liberdade”, nos ouvidos e corações da população como um todo. Acreditamos nas forças das pesquisas que revelem as resistências desses ingênuos, refazendo a visão danosa, de que o povo negro não seria enfim sujeitos históricos, senhores de suas potencialidades, aos ingênuos não poderia restar então o costumeiro silêncio historiográfico de outrora.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de . **O Jogo da Dissimulação- abolição e cidadania negra no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de ; FRAGA FILHO, W. **“A vala comum da “raça emancipada””: abolição e racialização no Brasil**, breve comentário. História Social, n.19, pp.91-106,segundo semestre de 2010.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de ; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura - Fundação Palmares, 2006.

AZEVEDO, Gislane Campos. **De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)**,São Paulo, PUC(Dissertação de Mestrado),1995.

BRASIL, Eric ; NASCIMENTO, L. F. . **História Digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e o uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica**. ESTUDOS HISTÓRICOS , v. 33, p. 196-219, 2020.

COSTA, Emília Viotti da, **Da monarquia à república: momentos decisivos**/Emília Viotti da Costa. – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. –(Biblioteca básica).

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870 -1910)**. São Paulo: Ed.Unicamp, 2006.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba,1996. p. 112.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos** / Sônia Maria de Freitas. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, pp50-58,2006.

GUSMÃO, Giovanna Ferreira Nunes. **Histórias de ingênuos e órfãos tutelados na Bahia (1871-1900)**. Dissertação (Mestrado em História Regional e local) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2016.

LUCA, T. R. de; PINSKY, C. B. (Org.). **O historiador e suas fontes** (organizado com Carla Bassanezi Pinsky). 1. p.102, ed. São Paulo: Contexto, 2009. v. 1. 333p

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. **Bahia, século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, pp. 200-207.

MONTEIRO, Cândida Pereira dos Santos. **Para uma história dos grupos escolares na Bahia: a trajetória do Grupo Escolar Rio Branco (1905/1929)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

PAPALI, Maria Aparecida. **A infância desvalida e exploração do trabalho infantil no pós-abolição: Vale do Paraíba paulista (1888-1895)**. Anais do XXIII encontro regional de história da ANPUH-SP, setembro, 2016.

PRADO, Giliard da Silva. **Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v.13, n.34, e0201, set./dez.2021.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas**. TOPOI, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

SOUZA, Ione Celeste Jesus de. **Para os educar e bem criar: Tutelas, soldadas e trabalho compulsório de ingênuos na Bahia- 1878-1897**. In: Anais do XXV Simpósio Nacional de História- por uma est(ética) de beleza na História. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará- Campus do Benfica, 2009.

SOUZA, Ione Celeste Jesus de. **“Porque um menor não deve ficar exposto à ociosidade origem de todos os vícios”. Tutelas e soldadas e o trabalho dos Ingênuos na Bahia, 1870 a 1900**. In. Maria Helena Pereira Toledo Machado; Celso Castilho. (Org.). Tornando-se livres: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: EDUSP, 2015, pp. 189-210.

SOUZA, Jacó S. **Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Regional e local)- Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

VIEIRA, Lucas Schuab. **A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História: Teoria e Método**. BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, v. --, p. 01, 2013.)